

**O ACERVO DO JORNAL O EXEMPLO (1892-1930):
PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO**
*THE COLLECTION OF O EXEMPLO NEWSPAPER(1892-1930):
AFRO-BRAZILIAN CULTURAL HERITAGE*

Maria Angélica Zubarán¹

Resumo: Este artigo discute, inicialmente, a relação entre acervos e poder e entre memórias e identidades, contextualizando a emergência das memórias negras e tecendo algumas considerações sobre o patrimônio cultural afro-brasileiro, no âmbito das políticas públicas brasileiras. Em segundo lugar, analisa uma breve história do jornal *O Exemplo*, primeiro jornal da comunidade negra rio-grandense, que circulou entre os anos de 1892 e 1930, salientando a importância desse acervo como patrimônio cultural afro-brasileiro e examinando a formação das coleções que compõem o acervo desse jornal na atualidade. Finalmente, apresenta um breve relato do projeto em andamento, *O Direito às Memórias Negras*, uma iniciativa de preservação e acesso digital ao acervo do jornal *O Exemplo*, a partir do edital lançado pelo Ministério da Cultura e Universidade Federal de Pernambuco (Edital MINC/UFPE 2013).

Palavras-chave: Acervo. Imprensa Negra. Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro.

Abstract: This article discusses, first, the relationship between collections and power and between memories and identities, contextualizing the emergence of dark memories and African-Brazilian cultural heritage within the Brazilian public policy. Secondly, analyzes a brief history of the newspaper Example, first newspaper in Rio Grande black community, which circulated between the years 1892 and 1930, highlighting the importance of this collection as an African-Brazilian cultural heritage and examining the formation of the collections which compose this newspaper today. Finally, it presents a brief account of the ongoing project, The Right to Black Memories, an initiative of digital preservation and public access to the collection of the newspaper The Example, from the edict issued by the Ministry of Culture and the Federal University of Pernambuco (MINC/ UFPE 2013).

¹ Doutora em História e Pós-Doutorado em História no Birkbeck College, Londres. Professora Adjunta do Curso de História e do Mestrado em Educação no PPGEDU Ulbra/Canoas. Pesquisa apoiada pelo MINC/UFPE e FUNJAP e com o auxílio dos bolsistas de Iniciação Científica Thanise Guerini Atolini e Vitor da Silva Costa do Curso de História da Universidade Luterana do Brasil/Canoas.

Keywords: Collections. Black Press. Afro-Brazilian Cultural Heritage.

ACERVOS E PODER

José Honório Rodrigues, historiador e ex-diretor do Arquivo Nacional, já na década de sessenta, em seu estudo sobre a acessibilidade do público aos documentos, questionou se o acesso aos documentos no Brasil era "um direito legal ou um privilégio de alguns cidadãos?" A resposta a essa pergunta exige que se articule a formação de acervos ao exercício do poder. Em outras palavras, guardar determinados documentos em detrimento de outros, relaciona-se ao empenho das sociedades em impor ao futuro certa imagem de si, selecionando determinados acervos e relegando outros ao esquecimento. Neste sentido, uma pergunta é fundamental: Que critérios, que valores, determinam a seleção, inclusão ou exclusão de acervos nas bibliotecas e arquivos? Por que certos documentos são "esquecidos" e outros "consagrados" nas instituições de memória?

Jöel Candau (2011), estudioso das memórias e identidades, destacou que a memória é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade e de continuidade de um grupo, ou seja, para a construção de sua identidade. O autor sublinha que memória e identidade estão indissolivelmente ligadas, que "se conjugam, se nutrem mutuamente e se apóiam uma na outra" (CANDAU, 2011, p. 16). Neste sentido, pode-se considerar que a preservação de acervos, entendidos como documentos portadores de referências às memórias e as identidades sociais, locais, regionais e/ou nacionais, é de inegável relevância para o conhecimento da história dos mais diversos grupos formadores da nação.

No entanto, no Brasil, durante muito tempo, as memórias e histórias dos afro-brasileiros limitaram-se à reiteração do estigma da escravidão, à representação do negro como escravo, vítima submissa dos castigos e infortúnios sofridos na sociedade escravista, esquecendo e negligenciando suas lutas, conquistas e, sobretudo, sua história e perdendo de vista as reinvenções da cultura e da história afro-brasileira no período pós-abolição. Maria Aparecida Silva Bento (1999) observou que a ausência de índios, negros e mulheres durante muito tempo na História do Brasil e nos livros didáticos teve um impacto negativo na construção das identidades desses sujeitos. Segundo Bento, "sem uma memória positiva, sem conhecer figuras de destaque de seu povo e suas conquistas no campo das artes e das ciências, as crianças negras enfrentaram muitas dificuldades para formar uma identidade positiva de si e de seus iguais" (p. 45). Nesta direção, Emanuel de Araújo, curador do Museu Afro-Brasileiro de São Paulo, em seu estudo sobre o imaginário luso-afro-brasileiro, afirmou que o estudo

das memórias negras é importante para recuperar aos negros a auto-estima e para construir referências positivas, “imagens de negros que lhes sirvam de padrão e orgulho” (2004, p. 247).

Michel Pollack (1989) destacou que as memórias negras são memórias subterrâneas, marginalizadas ou silenciadas (1989, p. 4), parte integrante de culturas minoritárias, que afloram em momentos de crise, onde haja conflito entre memórias concorrentes. No Brasil, foi no final da década de 1970, no período de redemocratização da sociedade brasileira, que as memórias negras, paulatinamente, deixaram de ser subterrâneas e se tornaram memórias emergentes, passando a ocupar um lugar de destaque nas políticas públicas, particularmente, naquelas relacionadas à educação das relações étnico-raciais. Os chamados novos movimentos sociais e suas políticas de identidade possibilitaram que diferentes grupos sociais, étnicos e culturais reivindicassem o direito às suas memórias e buscassem institucionalizá-las no espaço público. Sobre essa crescente visibilidade das memórias negras, José Rivair Macedo (2012) destaca que a partir dos anos 90, “a ênfase deixou de ser dada à denúncia do racismo e foi direcionada para medidas efetivas de combate ao fenômeno” (MACEDO, 2012, p.30). O autor aponta que o reconhecimento formal da existência do racismo pelo governo brasileiro, a partir de 1994, tirou o Estado da posição de passividade e o obrigou a tomar medidas de caráter afirmativo. Entre essas políticas governamentais de ação afirmativa, visando à preservação das memórias das populações minoritárias, destacam-se as Leis nº 10.639/2003 e nº11.645/2008, que tornaram obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos das escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio da educação básica e estimularam as instituições educativas a repensarem as memórias e histórias afro-brasileiras e indígenas.

Portanto, respondendo à pergunta de José Honório Rodrigues, pode-se afirmar que o acesso as memórias é um direito fundamental de cidadania e não um privilégio de alguns grupos. Ademais, entende-se que o acesso aos acervos possui uma função social, na medida em que supera as funções meramente celebratórias de memórias do poder e permite se narrar outras memórias. Neste sentido, torna-se necessário uma nova leitura dos acervos, que aponte para a pluralidade de representações sociais e incentive a divulgação das memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural das comunidades.

REFLEXÕES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO

Também a trajetória do patrimônio cultural afro-brasileiro foi marcada por um progressivo deslocamento do esquecimento em direção ao reconhecimento, nas políticas públicas brasileiras. Inicialmente, o patrimônio digno de preservação no Brasil era aquele que dizia respeito às edificações de valor excepcional, geralmente vinculadas às elites, minimizando, ou mesmo negando, a importância do patrimônio cultural dos grupos subalternos. Como salientou Fernandes (1993), houve uma política de patrimônio no Brasil que preservou as casas-grandes, as igrejas barrocas, os fortes militares (...), e que relegou ao esquecimento as senzalas, as favelas e os bairros operários. Myrian Sepúlveda dos Santos sublinha que o apagamento das diferenças étnicas nas instituições de memória foi resultado da crença na democracia racial, que contribuiu para “o silêncio sobre a arte, a cultura e a história do negro brasileiro nos museus brasileiros” (Santos, 2004, p. 5). O resultado foi o ocultamento do patrimônio cultural das classes menos favorecidas com sérias implicações para a construção das identidades afro-brasileiras. Fábio Cerqueira, em estudo sobre educação patrimonial, lembra que “(...) os jovens das escolas públicas, a maioria afrodescendente, não é capaz de situar a sua identidade cultural dentro do patrimônio público, o que constitui uma forma de auto-exclusão cultural e identitária” (CERQUEIRA, 2005).

Foi somente a partir do final das décadas de 1970 e de 1980, dentro do processo de redemocratização da sociedade brasileira e como resultado da organização e pressão do Movimento Negro Unificado (MNU), que as manifestações de origem africana deixaram de ser vistas como exóticas e passaram a ser reconhecidas e valorizadas como formas de expressão da cultura negra, como referências às identidades negras, cujo patrimônio cultural precisava ser preservado.

Como salientam Joseane M. Freitas, Lívia Maria B. da Silva e Luzia Gomes Ferreira (2008), as atuais discussões em torno do reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro, devem ser entendidas como resultado da organização do movimento negro contemporâneo no contexto das políticas de identidade. Para as autoras, a inclusão da temática afro-brasileira na questão do patrimônio cultural “vem responder a uma histórica invisibilidade das questões étnico-raciais nas instituições oficiais e tradicionais de memória” (FREITAS, SILVA E FERREIRA, 2006, p. 124). Essa nova política de patrimônio ampliou a noção de patrimônio cultural e passou a valorizar as manifestações culturais cotidianas e a incluir os bens culturais das populações indígenas e afro-brasileiras. Houve, sobretudo, uma diversificação dos bens tombados, que começou com a iniciativa da Fundação Nacional Pró-Memória de tombamento do mais antigo terreiro de candomblé no país, a Casa Branca, em Salvador (BA), em 1982.

Essa nova face da política de patrimônio culminou com a Constituição de 1988, que, como aponta Lúcia Lippi de Oliveira (2008), pode ser considerada uma certidão de nascimento, nos seus artigos 215 e 216, que se referem ao patrimônio indígena e afro-brasileiro. Pela Constituição Federal de 1988, entende-se como patrimônio cultural brasileiro: “Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (artigo 216 da Constituição Federal brasileira).

No processo de reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro, merece também destaque o papel assumido pela Fundação Cultural Palmares (FCP), criada pela lei 7.668 de 22 de agosto de 1988, que resultou das pressões do movimento negro brasileiro e do novo ordenamento jurídico materializado na Constituição de 1988. A Fundação Cultural Palmares, que tem como marca principal de atuação a valorização e a proteção do patrimônio cultural (material e imaterial) afro-brasileiro e o registro e certificação de comunidades remanescentes de quilombos, já registrou e certificou 1342 comunidades remanescentes de quilombos. O próprio conceito de quilombo foi ampliado em termos políticos e jurídicos e passou a contemplar todas as comunidades negras cujas formações são particulares e adversas e que se autorreconheçam como um quilombo.

Recentemente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) registrou um número significativo de patrimônios culturais imateriais afro-brasileiros, entre eles: o ofício das Baianas de Acarajé (BA), o Samba de Roda do Recôncavo Baiano (BA), o Tambor de Crioula (GO), o Jongo da Serrinha (RJ), o Samba do Partido Alto (RJ), a Roda da Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira. Essas manifestações culturais afro-brasileiras demonstram a vitalidade da cultura brasileira de raiz africana e sua capacidade de preservação cultural, apesar do contexto adverso do racismo brasileiro.

Nesse estudo, analisaremos um jornal da imprensa negra do Rio Grande do Sul, o jornal *O Exemplo (1892-1930)*, como patrimônio cultural dos afro-rio-grandenses. De acordo com Miriam Ferrara, os primeiros jornais negros do Brasil datam do final do século XIX e estão vinculados ao contexto imediato do pós-abolição, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul e reúnem um grande número de temáticas, com especial atenção à educação, à moralização dos costumes e o combate ao preconceito racial. Para José Antônio dos Santos (2011), “a ideia central que definiu a imprensa negra foi a capacidade dos redatores em tornar os periódicos os principais meios de comunicação e protesto em defesa dos negros” (p. 150). Na mesma direção, Maria Angélica Zubarán (2009), apontou que os jornais da imprensa negra no Brasil nos séculos XIX e XX, foram publicados por negros e “mulatos livres”

pertencentes à pequena elite negra das áreas urbanas, para combater o preconceito e lutar pelos seus próprios direitos. De acordo com a autora, a imprensa negra brasileira, entre o final do século XIX e até 1930, parece ter significado para os afro-brasileiros, uma tentativa de confrontarem sua invisibilidade simbólica e ausência na esfera cultural.

No Rio Grande do Sul, como afirma Roberto Santos (2007), além do jornal *O Exemplo* (Porto Alegre, 1892-1930) houve uma série de outros jornais produzidos por negros no estado: *A Cruzada* (Pelotas, 1905), *A Alvorada* (Pelotas, 1907-1965), *A Revolta* (Bagé, 1925), *A Navalha* (Santana do Livramento, 1931), *O Tição* (Porto Alegre, 1978), o *Folhetim do Zaire* (Porto Alegre, 1982-2005). Como afirma o autor, revistas e jornais da imprensa negra continuam ativos na atualidade.

Entre os estudos acadêmicos que tratam do jornal *O Exemplo* destacam-se, inicialmente, os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Liane Susan Müller, que embora não tenham o jornal *O Exemplo* como foco, produziram capítulos sobre esse tema. A tese de doutorado de Fernando Henrique Cardoso (1962), depois publicada em livro, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (1977), analisa no último capítulo, a primeira fase do jornal *O Exemplo* no século XIX. A dissertação de Liane Susan Müller (1999), recentemente publicada como livro, *As Contas do Meu Rosário são Balas de Artilharia* (2013), contém um sub-capítulo sobre o jornal *O Exemplo* nas primeiras décadas do século XX. No século XXI, novas pesquisas foram realizadas sobre a imprensa negra no Rio Grande do Sul. A dissertação de José Antônio dos Santos, depois publicada em livro, *Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)* e posteriormente, sua tese de doutorado, *Prisioneiros da História: Trajetórias Intelectuais Na Imprensa Negra Meridional* (2011), a dissertação de Roberto dos Santos (2007), *Pedagogias da Negritude e Identidades Negras em Porto Alegre: Jeitos de ser negro no Tição e no Folhetim do Zaire (1978/1988)*, a tese de Flávia Magalhães Pinto (2001), publicada em livro, *Imprensa Negra no Brasil do Século XIX* (2010), que dedica um capítulo ao estudo do jornal *O Exemplo*, na sua fase inicial no século XIX, artigos de Maria Angélica Zubarán sobre identidade negra no jornal *O Exemplo* (2006, 2008) e o capítulo de Regina Célia Lima Xavier (2013), *Raça, Classe e Cor: Debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no Pós-Abolição*. Entretanto, concorda-se com Petrônio Domingues (2009), que faltam pesquisas sistemáticas acerca da História e do jornal *O Exemplo* (p.233). A análise que apresento a seguir é uma interpretação inicial das coleções desse jornal, sem a pretensão de esgotar essa temática tão rica e complexa.

BREVE HISTÓRIA DO JORNAL *O EXEMPLO*

O Exemplo foi o primeiro jornal da comunidade negra rio-grandense e circulou, com algumas interrupções, de 1892 até 1930, cobrindo um período de 37 anos dedicado à história e à cultura do negro no Brasil meridional. Portanto, suas coleções são testemunhos de inestimável valor histórico e cultural para a preservação e valorização das memórias, da história e da cultura dos afro-brasileiros, assim como para a construção de suas subjetividades e identidades. Conforme declarou o poeta Oliveira Silveira em reportagem ao jornal *Correio do Povo* na década de 1970: “*O Exemplo* merece que se escreva em letras grandes nas encadernações de suas coleções: Cuidado, delicado, precioso, patrimônio cultural da comunidade negra em Porto Alegre” (*Correio do Povo*, 1972, p.22).

O Exemplo apareceu em Porto Alegre, em 11 de dezembro de 1892, como “Propriedade de uma Associação” que segundo Liane Müller (2013) tratava-se da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. *O Exemplo* foi fundado por um grupo de jovens negros, “moços esperançosos e ávidos de justiça”, que costumavam reunir-se em uma barbearia, o *Salão Calixto*, situado à Rua dos Andradas no. 247, no centro da cidade de Porto Alegre. Entre os fundadores destacam-se: Arthur Gama, Arthur de Andrade (diretor de redação), Marcílio Freitas (editor gerente), os irmãos Aurélio Bittencourt Júnior e Sérgio Bittencourt, os irmãos Esperidião Calisto e Florêncio Calisto e Alfredo Souza. A formação do grupo era heterogênea. Alguns eram funcionários públicos, como Arthur Gama, funcionário público do Tesouro do Estado, Arthur de Andrade, funcionário público dos Correios, Francisco Marcílio da Costa Freitas, funcionário público dos Correios e depois da Fazenda, onde ocupou o cargo de guardador da Alfândega da capital. Outros pertenciam a uma família de destaque na capital, eram os irmãos Aurélio Júnior e Sérgio Bittencourt, filhos de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, juiz distrital da Vara de Órfãos, que se destacou na vida cultural e política de Porto Alegre, trabalhando em vários jornais locais e atuando como secretário dos presidentes da província, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Já Esperidião Calisto, era barbeiro de profissão e abrigou a produção do jornal em seu próprio local de trabalho no centro da cidade.

Ao longo da trajetória do *Exemplo* novos colaboradores se somarão ao quadro inicial, entre eles destacam-se: Pedro Tácito Pires, Clemente Gonçalves de Oliveira, João Baptista de Figueiredo, Arnaldo Dutra, Baptista Júnior, Felipe Batista, Júlio da Silveira, Januário Souza, Argemiro Salles, Antônio Gonzaga, Antônio Lourenço e Dario de Bittencourt, Alcebíades Azeredo dos Santos, Vital Baptista, Felipe Eustachio, Alcides

de Chagas Carvalho, Julio Rabello, Aristides José da Silva, Henrique Martins, Christiano Fettermann e outros.

É importante assinalar que a forma mais recorrente de inserção dos afrodescendentes que compunham o jornal *O Exemplo* no mercado de trabalho, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do Século XX, foi o emprego público. Em segundo lugar, essas lideranças eram, em sua maioria, católicos praticantes e republicanos, que pertenciam e circulavam em diferentes espaços de uma ampla rede social que incluía associações culturais, religiosas, musicais, esportivas, dramáticas e carnavalescas. Reproduzo abaixo fotos de alguns dos fundadores do jornal *O Exemplo* e das lideranças étnicas que mais tarde se juntaram ao jornal:

Fig.1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 1 Arthur de Andrade (*O Exemplo*, 06 de janeiro de 1921, p.1)

Fig. 2 Aurélio de Bittencourt Júnior (*O Exemplo*, 06 de janeiro de 1921, p.2)

Fig. 3 Francisco Marcílio da Costa Freitas (*O Exemplo*, 12 de abril de 1928, p.1)

Fig.4

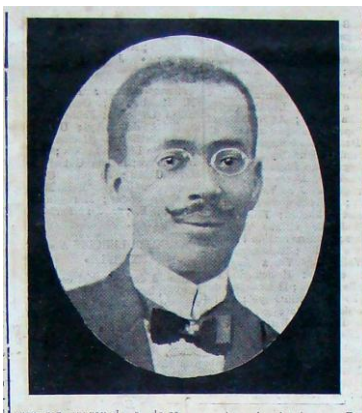


Fig.5



Fig. 6



Fig. 4 Felipe Baptista da Silva (*O Exemplo*, 12 de agosto de 1923, p.1)

Fig. 5 Dario de Bittencourt (*O Exemplo*, 06 de janeiro de 1921, p.1)

Fig. 6 Baptista Júnior (*O Exemplo*, 31 de outubro de 1920, p.1)

Observa-se nessas imagens de lideranças negras reproduzidas no jornal *O Exemplo*, o cuidado com a aparência, que incluía, além do vestuário elegante, o corte curto do cabelo e o uso do bigode. O historiador Leo Spitzer (1980) salienta que a adoção de uma aparência formal entre negros e mestiços no século XIX era chave para mobilidade social na sociedade da época (p.39).

De acordo com o articulista Antonio Lourenço, a fundação do jornal se deu no contexto de um caso de preconceito e discriminação ocorrido contra Justino Coelho da Silva, que tendo sido classificado em primeiro lugar em concurso público estadual, foi surpreendido pela anulação do concurso, sob a alegação de que apesar de suas “notórias aptidões, tinha o grande “defeito” de não ser branca a cor de sua epiderme” (*O Exemplo*, 2/jan/1928). De acordo com Marcílio Freitas:

Foi então que, revoltados com esse insólito procedimento contra uma raça, resolvemos tomar sua defesa, dando combate a esse mesquinho preconceito, lançando no seio da imprensa sul-riograndense um jornal que fosse a síntese de nosso ideal e ao mesmo tempo a afirmação positiva e concretizadora que irradiava dos cérebros dos homens de cor. (*O Exemplo*, 2/jan/1928).

Já no editorial do primeiro exemplar, *O Exemplo* apresentava-se como porta voz “dos homens de cor” e manifestava-se contra o racismo científico, em voga entre as elites republicanas e contra as hierarquias baseadas na cor da pele:

Devemos mostrar à sociedade que também temos um cérebro que se desenvolve segundo o grau de estudo a que o sujeitemos e, por conseqüência, também podemos nos alistar nas cruzadas empreendidas pela inteligência, muito embora alguns queiram nos acoimar, ou porque desconheçam nossas legítimas aspirações, ou porque façam parte dos que julgam o homem pela cor da epiderme (*O Exemplo*, 11/12/1892, p. 1).

Inicialmente, *O Exemplo* era um jornal semanal, de quatro páginas, três colunas, formato 30x21, que saía aos domingos, de tiragem modesta, vendido pelos próprios editores, na sede do jornal, ou através de assinaturas semestrais. Na década de 1920, já tinha formato grande, 56X38, e chegou a ter exemplares comemorativos de até 10 páginas.

De acordo com as pesquisas realizadas até o presente momento pode-se afirmar que a trajetória do jornal *O Exemplo* foi marcada por quatro fases relativas aos diferentes períodos de sua publicação: 1892/97, 1902/05, 1908/11 e 1914/30. Conforme afirmou um de seus redatores, Antonio Lourenço “embora fosse reconhecido por muitos a necessidade de sua existência, faltou-lhe o apoio que tanto merecia, e sua publicação foi interrompida” várias vezes (*O Exemplo*, 6/01/1921).

Na primeira fase, *O Exemplo* se mostrou quase exclusivamente vinculado à comunidade negra, denunciando o preconceito étnico-racial, registrando as atividades sociais e culturais da comunidade negra, pregando a moralização de costumes e as vantagens da educação. Nesta fase, o primeiro diretor do *Exemplo* foi Arthur Ferreira de Andrade (1871 - 1925), um dos fundadores do jornal, que nasceu no mesmo ano em que foi promulgada a Lei do Ventre Livre, o que indica que viveu sua infância e adolescência durante o período escravista. Estudou no colégio Gomes e através de concurso entrou na Correios, onde iniciou sua carreira no funcionalismo público, chegando ao cargo de 2º oficial, no qual se aposentou. Bacharelou-se em Ciência Jurídicas na Faculdade de Direito da capital e exerceu cargos em várias sociedades e irmandades. Era vice-presidente da Beneficência Porto-Alegrense e orador do Clube de Oficiais da Guarda Nacional. Faleceu no dia 11 de março de 1925, com 54 anos.

A segunda fase do *Exemplo* inicia no começo do século XX, com o reaparecimento do jornal em 1902 e estende-se, com algumas interrupções, até 1905. Nessa fase, o jornal recebeu o subtítulo: *Jornal do Povo* e a partir daí, como apontou Oliveira Silveira,² “abriu-se para assuntos não-negros” estabelecendo sólidas ligações com lideranças operárias, como foi o caso do diretor Tácito Pires (diretor em 1904), que era líder operário. A terceira fase do jornal foi ainda na primeira década do século XX, quando reapareceu em 1908 e se manteve até 1911 sem interrupções.

Finalmente, conforme reportagem do aniversário do jornal em 06/01/1921, “em 2 de janeiro de 1914, João Batista de Figueiredo, Julio Rabello e outros fizeram ressurgir *O Exemplo*” e quando surgiu nova crise, em 1916, chamaram Marcílio Freitas para presidir o Grupo Mantenedor do *Exemplo*, que a partir dessa data, se responsabilizaria pelos destinos do jornal. Além de Marcílio Freitas, faziam parte do Grupo Mantenedor Felipe Baptista da Silva, Argemiro Salles, Major João Baptista da Silva, Clemente Gonçalves de Oliveira, João Baptista Figueiredo e Juvenal José de Sousa. Nesta nova fase, particularmente a partir da década de 1920, sob a direção de Dário de Bittencourt, o jornal registrou a participação de inúmeros colaboradores brancos, como Raul Bopp, Arthur Damasceno, Vargas Neto, Dante Laitano, Jorge Bahlis e Walter Spalding. Outros colaboradores de renome foram também mencionadas na coluna de Christiano Fettermann:

² Manuscritos de Oliveira Silveira sob a guarda de sua filha Naiara Oliveira Silveira.

Felizmente em sua trajetória tem *O Exemplo* agasalhado nas suas colunas nomes de letrados hoje conhecidos em todo o país. Escreveram, ou melhor, iniciaram sua vida literária aí, o grande Eduardo de Guimarães, José Picorelli, poeta, hoje advogado nos auditórios da cidade de São Paulo, Lindolfo Collor, financista e deputado federal pelo Rio Grande do Sul e Apolinário José da Silva, bacharel de muitos méritos, poeta e prosador (*O Exemplo*, 2/1930, p. 1).

É bem provável que a abertura crescente para colaboradores brancos na redação do jornal na década de 1920, além de estar associada a uma ampliação do público do jornal, tenha também correspondido às necessidades financeiras do jornal, que sempre lutara com grandes dificuldades para circular e manter sua periodicidade, muitas vezes “vivendo à custa de sacrifícios dos mantenedores” (*O Exemplo*, 2/1930, p. 1). No último exemplar do jornal *O Exemplo*, de 2 de janeiro de 1930, os redatores comentaram as dificuldades financeiras do periódico e deixaram antever que *O Exemplo* chegava ao fim, homenageando os que contribuíram com o jornal, “os lutadores queridos”, conforme se observa nas declarações do último editorial do jornal:

No dia dos nossos trinta e sete anos de peregrinação com as realidades e as decepções, abraçamos, neste lúgubre fim de ano, os irmãos desta terra fecunda, boa e infeliz, e auguramos a todos os que se detêm as vistas nestas colunas um ano melhor, mais promissor, farto e bonançoso [...] e lembrarmos os lutadores queridos que se foram tão depressa da nossa companhia, sumidos na distância eterna do desconhecido e perto, muito perto, da nossa saudade que os chora e lhes rende um penhor de homenagens! (*O Exemplo*, 02/jan/1930).

O ACERVO DO JORNAL O EXEMPLO

O *Exemplo* chegou aos nossos dias em três coleções. A primeira coleção, a mais antiga e rara do jornal, circulou na última década do século XIX e reúne 49 exemplares, iniciando em 11/12/1892 e terminando em 10/11/1895. Essa coleção do jornal *O Exemplo* do século XIX, pertenceu a Dario de Bittencourt³, que foi o último diretor do jornal *O Exemplo*. Dario de Bittencourt assumiu a direção do jornal *O Exemplo* em 28 de outubro de 1920, quando João Baptista da Silva Júnior, então diretor, morreu prematuramente aos 29 anos de idade, antes de ter concluído o Curso de Ciências

³ Sobre Dario de Bittencourt consultar José Antônio dos Santos, *O Currículo Vitae como vestígio do passado. Dario de Bittencourt (1901-1974)*, uma eminência duplamente parda. ANPUH-RS, 2008.

Jurídicas. Dario, que o substituiu na direção do *Exemplo*, era filho de Aurélio de Bittencourt Júnior (que falecera aos 36 anos), ex-juíz distrital da Vara de Órfãos e neto do coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt, considerado pelos jornalistas do *Exemplo* como o mestre espiritual e que assumiu a tutela de Dario de Bittencourt. Dario de Bittencourt ingressou na faculdade de Direito em 1920 e após a formatura, instalou escritório de advocacia. Atuou em vários periódicos, foi redator da Federação e participou de várias associações de Porto Alegre, pertencendo também à Academia de Letras do Rio Grande do Sul. O último exemplar do jornal *O Exemplo*, de 2 de janeiro de 1930, ainda traz no cabeçalho o nome de Dario de Bittencourt como diretor, precedido do título de Doutor, pois já concluíra o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais (*O Exemplo*, 4/01/925).

De acordo com os escritos de Oliveira Silveira, após a morte de Dario de Bittencourt, essa coleção passou para seu amigo e colaborador no *Exemplo*, Antônio Lourenço, herdeiro da coleção, indicado ainda em vida por Dario de Bittencourt. Conta Oliveira Silveira, que com a doença e o posterior falecimento de Antônio Lourenço, desapareceram também as informações sobre o paradeiro dessa coleção. Finalmente, a coleção foi localizada por Oliveira Silveira, com a viúva de Antônio Lourenço, a escritora Celeste Maria Maser Lourenço, no ano em que o jornal completava 92 anos de sua fundação. A partir dessa data a coleção passou a pertencer ao poeta Oliveira Silveira e, desde o falecimento de Oliveira Silveira, em 2009, a coleção ficou em poder de sua filha Naiara Oliveira Silveira.

A segunda coleção do jornal *O Exemplo*, relativa às primeiras décadas do século XX, pertenceu originalmente ao acervo da *Biblioteca Pública Estadual do Rio Grande do Sul*, na seção Rio Grande do Sul, compreendendo os anos de 1902 a 1905 e alguns exemplares da década de 1920. Essa coleção foi posteriormente transferida para o acervo da hemeroteca do *Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa* onde se encontra até hoje.

A terceira e última coleção do jornal, relativa à década de 1920, também pertenceu a Dario de Bittencourt e foi repassada ao Círculo de Investigação e Pesquisas Literárias (CIPEL) e, posteriormente, transferida para o acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), onde se encontra até o presente momento. Assim, pode-se afirmar que até chegar às instituições de pesquisa de Porto Alegre, a preservação das coleções do jornal *O Exemplo* foi resultado do cuidado e da valorização do acervo desse jornal pelas lideranças negras. Espera-se que essas instituições continuem honrando essa tradição.

A análise da construção das identidades negras no jornal *O Exemplo* têm demonstrado que as lideranças negras, nas primeiras décadas do pós-abolição,

representaram-se tanto como negras quanto como brasileiras, significando que naquele contexto era importante valer-se destas duas posições identitárias, tanto para combater os preconceitos étnico-raciais e a discriminação, como para lutar pela sua inclusão na nação como cidadãos brasileiros. Neste sentido, na direção apontada por Stuart Hall (2003) e Paul Gilroy (2001) para as identidades negras caribenhas, a construção das identidades negras no Rio Grande do Sul parece conformar-se às formas híbridas da experiência negra diaspórica em outras partes da América.

Salienta-se ainda, o papel pedagógico do jornal *O Exemplo* na construção de um panteão de ilustres afro-brasileiros, produzindo modelos de negros com os quais a comunidade negra do sul do Brasil poderia se identificar e construir sua auto-estima, além de inspirar-se na luta pela reivindicação de seus direitos no período do Pós-Abolição. No início do século XX, os redatores do jornal *O Exemplo* destacaram a trajetória de negros de renome nacional, tais como: André Rebouças, Marcílio Dias, Cruz e Sousa, Luís Gama, José do Patrocínio, Henrique Dias e João Cândido. A partir da última fase do jornal, particularmente na década de 1920, os afro-brasileiros nomeados nas páginas do *Exemplo* eram as lideranças locais, membros do chamado Grupo Mantenedor do jornal, homenageados por ocasião de seus aniversários e funerais com atributos positivos e socialmente reconhecidos como desejáveis para a comunidade negra, tais como “trabalhador”, “honesto”, “inteligente”, “probo”, “amigo fiel”, “bom marido”, “bom pai de família”. De acordo com Stuart Hall (1999), pode-se identificar aí uma estratégia de contestação ao regime racializado de representação construído pelas elites brancas, ao substituir representações negativas por imagens positivas de negros.

Outro aspecto constitutivo das memórias negras revelado no jornal *O Exemplo* foi a importância das famílias negras e do pertencimento das lideranças negras em uma ampla rede social, política e cultural de sociedades e clubes negros na cidade. Entre os membros do jornal se encontram irmãos e primos e a maioria dos redatores circulava por várias sociedades e clubes negros da cidade, o que lhes permitiu construir uma rede de sociabilidades que foi fundamental na construção das suas subjetividades e identidades negras⁴.

Atualmente, o projeto O Direito às Memórias Negras: Preservando o Patrimônio Afro-Brasileiro nas coleções do Jornal O Exemplo (1892-1930), pretende preservar, por meio da digitalização, e disponibilizar para o acesso público, às coleções do jornal O Exemplo. Trata-se de preservar um acervo de inestimável valor histórico e cultural para

⁴ Para detalhes sobre as sociedades e clubes negros em Porto Alegre/RS e sobre a circulação das lideranças negras nas sociedades e clubes negros, consultar: MÜLLER, Liane Susan (2013), SANTOS, José Antônio (2011), BOHRER, Felipe Rodrigues (2014).

as populações afrodescendentes, parte do rico patrimônio afro-brasileiro, cuja preservação digital possui uma função social importante: garantir aos diferentes grupos sociais, étnicos e culturais da sociedade brasileira, o direito às suas memórias, cultura e história no período que se estende de 1892 à 1930.

CONCLUINDO

Neste estudo observou-se que acervos do patrimônio cultural afro-brasileiro, como as coleções do jornal O Exemplo, mais do que simples registros de um passado congelado no tempo, são portadores de referência às memórias e identidades de minorias étnicas, que até pouco tempo, eram excluídas das representações oficiais da nação brasileira. Nesse sentido, observa-se a urgência de políticas de preservação desses acervos, que até bem pouco tempo, estavam ausentes nas políticas públicas de preservação patrimonial no Brasil. O edital MINC/UFPE/2013, recentemente aprovado, vem preencher essa lacuna e possibilitar que projetos como O Direito às Memórias Negras digitalizem as coleções do jornal O Exemplo e as disponibilizem para o acesso público online, contribuindo para que esse acervo possa ser conhecido e utilizado como fonte para novas pesquisas e interpretações de aspectos fundamentais da história e da cultura dos afrodescendentes no sul do Brasil. Cumpre-se, assim, o desejo do poeta Oliveira Silveira, que tanto se empenhou para que O Exemplo fosse preservado como um patrimônio cultural afro-brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Maria Aparecida. **Cidadania em Preto e Branco**. São Paulo: editora Ática, 1999.
- BOHRER, Felipe Rodrigues. **A Música Na Cadência Da História: Raça, Classe e Cultura em Porto Alegre no Pós-Abolição**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão No Brasil Meridional**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- CERQUEIRA, Fábio. Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. *Diálogos*, Maringá, Universidade Estadual de Maringá, v. 9, n. 1, p. 91-109, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. **Fios de Ariadne**: o protagonismo negro no pós-abolição. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 16, n. 30, de. 2009, p. 215-250.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

FREITAS, Joseane; Lívia Baêta; Luzia Ferreira. **Ações afirmativas de caráter museológico no Museu Afro-Brasileiro/UFBA**. *Revista Musas*. Brasília, Ministério da Educação e Cultura. n. 2, 2006, p. 116-126.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HALL, Stuart. **The Spectacle of the 'Other'**. In: HALL, Stuart. *Representation, Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage/Open University, 1997, p. 225-290.

_____. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

MACEDO, José Rivair. **Os educadores em face da legislação antirracista**: o desafio necessário. In: CARVALHO, Iosvalyr Bittencourt Júnior e Adriana Saballa (orgs.). *Procedimentos Didático-Pedagógicos Aplicáveis em História e Cultura Afro-Brasileira*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 29-34.

MÜLLER, Liane Susan. **As Contas do Meu Rosário São Balas de Artilharia**: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa Negra no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é Patrimônio**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, 1989, p.

RODRIGUES, José Honório. **Acessibilidade do público aos documentos**. Sigilo e reserva. *Acervo Revista do Arquivo Histórico*. v.5, n.1, jan.jun. 1990, p. 9-18.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou a Alvorada**: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957). Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 2003.

_____. **O Currículo Vitae como vestígio do passado. Dario de Bittencourt (1901-1974):** uma eminência duplamente parda. II Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História. ANPUH-RS. 2008.

_____. **Uma Arqueologia dos Jornais Negros no Brasil.** História. Rio Grande, 2 (3): 143-160, 2011, p. 143-160.

_____. **Prisioneiros da História.** Trajetórias Intelectuais na Imprensa Negra Meridional. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

SANTOS, Roberto de. **Pedagogias da Negritude e Identidades Negras em Porto Alegre:** jeitos de ser negro no Tição e no folhetim do Zaire (1978/1988). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Luterana do Brasil, 2007.

SPITZER, Leo. **Vidas de entremeio:** assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental 1780-1945. Rio de Janeiro, Editora da UERJ, 2001.

XAVIER, Regina Célia Lima. **Raça, Classe e Cor:** Debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no Pós-Abolição. In: FORTES, Alexandre. et al. (orgs). *Cruzando Fronteiras, Novos Olhares sobre a História do Trabalho.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, pp. 103- 131.

ZUBARAN, Maria Angélica. **A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição:** Imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910). Revista de Iniciação Científica da Ulbra, Nº 5, 2006, p. 145-156.

_____. **Comemorações da liberdade:** lugares de memórias negras diaspóricas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 161-187, jul. 2008, 161-187.